



Dívidas fiscais paradas nos tribunais sobem 17% e contrariam 'troika'

Equipas de juízes resolvem processos, mas fisco está mais "agressivo" e leva empresas a litigar mais. Verbas empataadas já vão em 6,2 mil milhões.

Inês David Bastos
 ines.bastos@economico.pt

O valor das dívidas fiscais de grandes empresas parado nos tribunais subiu no primeiro semestre deste ano para 6,2 mil milhões de euros (3,7% do PIB), mais 17% que os 5,3 mil milhões que estavam 'encravados' a 31 de Dezembro de 2011. Em apenas seis meses, entraram nos tribunais fiscais conflitos que representam 2,7 mil milhões de euros. Em Maio, a 'troika' impôs a criação de equipas especiais de juizes para darem absoluta prioridade aos processos fiscais acima de um milhão de euros.

Estas equipas entraram em acção em Janeiro e em seis meses resolveram 432 processos. Mas ao mesmo tempo entravam nos tribunais fiscais mais 433 megaprocessos, diz o relatório enviado pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais ao Ministério da Justiça. E o montante envolvidos nestes litígios está cada vez mais elevado. Isto é, se, por um lado, o Ministério da Justiça, através das equipas especiais, dá prioridade e celeridade a estes processos, por outro, a pressão do fisco aumentou e, com ela, a litigância. O que acaba por resultar num fraco resultado ao nível da resolução de pendências.

Advogados contactados pelo Diário Económico são unânimes em afirmar que este aumento da litigância (e do valor em causa) se deve a uma "maior agressividade" da máquina tributária nas inspeções sobre as grandes empresas e grupos económicos, o que leva estes a recorrerem aos tribunais.

Inspeções tributárias "mais agressivas"

O advogado Samuel Fernandes de Almeida, da Miranda Law, reconhece que a máquina fiscal está mais "agressiva" e "passou a trabalhar por objectivos de cobrança". Joaquim Pedro Lampreia, especialista em contencioso fiscal da Vieira de Almeida, concorda e acrescenta:

"Há uma obstinação da administração tributária em fazer valer imposto que muitas vezes não existe, em arrecadar receita e por vezes a agressividade das inspeções tributárias leva a más fundamentações". Ao Diário Económico, o advogado adianta que, se antes existiam prescrições de dívidas, estas acabaram e a ordem é para que o "máquina fiscal trabalhe rapidamente". O que, diz, pode ter "um efeito perverso" porque o Estado acaba por perder a acção e ter que devolver dinheiro à empresa (público ou privada) ou grupo económico - que são os litigantes destes processos aci-



O advogado Samuel Fernandes de Almeida diz que o fisco passou a trabalhar com objectivos de cobrança e lembra que as empresas defendem-se "até ao fim".



Joaquim Pedro Lampreia, advogado da Vieira de Almeida, diz que a "obstinação" do fisco pode ter "um efeito perverso" porque pode gastar mais.

ma de um milhão de euros. "As necessidades orçamentais estão a levar a Direcção Geral de Contribuição e Impostos a concentrar esforços na Unidade de Grandes Contribuinte", diz Samuel Fernandes de Almeida, lembrando que as 100 maiores empresas representam mais de 70% do IRC cobrado.

Confrontadas pelo fisco, as empresas têm duas opções: pagar a dívida ou dar uma garantia. Ao mesmo tempo avançam para tribunal. O especialista da Miranda Law reconhece: "As grandes empresas têm por política defender os seus interesses até ao fim".

O Diário Económico perguntou ao Ministério da Justiça quantas acções daquelas 432 resolvidas (que equivalem a 1,8 mil milhões) foram perdidas pelo Estado, mas não obteve resposta até ao fecho da edição. No entanto, Paula Teixeira da Cruz já reconheceu que, em média, o fisco perde 60% das acções, tendo que devolver o montante cobrado com juros à empresa. Percentagem que os advogados admitem ser realista. A subida da litigância, acrescenta o advogado, deve-se ainda ao facto de o fisco estar a recorrer mais das "decisões que lhe são desfavoráveis".

Em termos globais, isto é, fazendo a comparação com Maio de 2011, quando a pedido da 'troika' se fez uma auditoria aos megaprocessos fiscais, a pendência diminuiu. Na altura, existiam 1.359 acções acima de um milhão de euros paradas e estavam empataadas 7,2 mil milhões de euros (quase 4,5% do PIB). As equipas especiais ainda não estavam criadas mas foi logo dada ordem para dar prioridade a estes processos e até Dezembro a pendência desceu para menos de mil acções (e o valor para 5,2 mil milhões). Mas nos primeiros seis meses deste ano, a litigância voltou a subir, diminuindo aquele efeito. E Samuel Fernandes de Almeida antevê que os conflitos possam aumentar com "os processos de reversão de dívidas fiscais contra gerentes e administradores". ■

Mapa Judiciário e CPC aprovados

A ministra da Justiça leva hoje a Conselho de Ministros para aprovação o pacote da Justiça, que inclui a lei da organização do sistema judiciário, o novo Código de Processo Civil e a proposta para os Julgados de Paz e para a mediação. Dentro deste pacote está aquela que é considerada a mãe das reformas: o novo Mapa Judiciário, que divide o país em 23 comarcas de base distrital, contra as 231 actuais. O diploma impõe ainda um novo modelo de gestão para os tribunais e, ainda, a criação de critérios quantitativos para os magistrados, que terão que fundamentar desvios ao cumprimento de metas. No que respeita ao Código de Processo Civil, a ideia-mestra passa pela desformalização. São eliminadas fases e processos especiais, reduzido o número de testemunhas e aumentados os poderes do juiz. Na prática, diz a ministra, um processo pode demorar entre três a cinco meses. Paula Teixeira da Cruz quer as duas reformas no terreno em Abril de 2013.



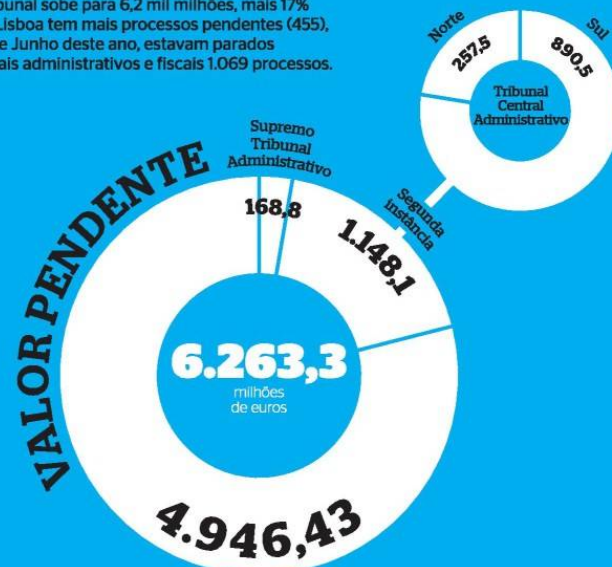
Fonte: Conselho Superior dos Tribunais Administrativos



JUSTIÇA

PROCESSOS FISCAIS PENDENTES JÁ ASCENDEM A MAIS DE SEIS MIL MILHÕES DE EUROS

No primeiro semestre de 2012, equipas especiais de juizes resolveram 432 mega-processos fiscais, mas no mesmo período entraram 433 novas acções com um valor acima daquele que tinha ficado resolvido. Resultado: valor das dívidas fiscais paradas em tribunal sobe para 6,2 mil milhões, mais 17% que em 31 de Dezembro de 2011. Lisboa tem mais processos pendentes (455), seguido do Porto (326). No final de Junho deste ano, estavam parados em todas as instâncias dos tribunais administrativos e fiscais 1.069 processos.



NÚMERO DE PROCESSOS PENDENTES

Valores em unidades

